

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

JACIARA JORGE GONÇALVES

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO SOB RELATOS DOS TRADUTORES E
INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB**

**PATOS-PB
2021**

JACIARA JORGE GONÇALVES

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO SOB RELATOS DOS TRADUTORES E
INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clerya Alvino Leite

**PATOS-PB
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
PATOS/IFPB

G635i Gonçalves, Jaciara Jorge
A inclusão do aluno surdo sob relatos dos tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa em uma escola no município de Guarabira/PB/ Jaciara Jorge Gonçalves. - Patos, 2021.

39 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Clerya Alvino Leite

1. Inclusão 2. Aluno surdo 3. Educação de surdos I. Título.

CDU – 376-056.263

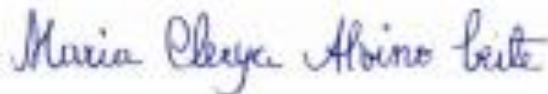
JACIARA JORGE GONÇALVES

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO SOB RELATOS DOS TRADUTORES E
INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE
GUARABIRA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Banca Examinadora, do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a
obtenção do título de Especialista em Libras.

Patos-PB, 26 de fevereiro de 2021.

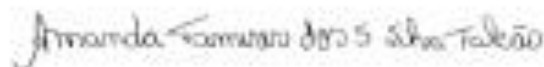
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Clerya Alvino Leite - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Esp. Edecarlos Paz de Lucena – Avaliador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Esp. Amanda Tamires dos Santos Silva Falcão – Avaliadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

**PATOS-PB
2021**

AGRADECIMENTOS

Como não poderia ser de outra forma, visto que Ele é o autor de minha vida, inicio agradecendo ao meu amado Deus. Senhor, te agradeço por ter me dado saúde e força para conseguir concluir este curso, mesmo em tempos tão difíceis: ano que exigiu um grande processo de reinvenção em todas as áreas de minha vida, devido à disseminação do novo Coronavírus, e à partida do meu avô amado. Sem o Senhor não teria conseguido, fostes meu socorro bem presente nos momentos de tribulação. Gratidão por todas as bênçãos.

Aos meus pais, minha base, meu tudo, motivo que me inspira todos os dias a não desistir.

A todos os professores por todos os ensinamentos e incentivos durante todo percurso.

Gratidão a minha orientadora, professora Maria Clerya Alvino Leite, pela paciência, dedicação e ajuda na elaboração deste trabalho. Obrigada pela grandeza da orientação. A você serei eternamente grata.

A todos os meus colegas de curso, em especial ao pequeno grupo de estudos composto por Yanna Luiza, Marcela, Vanessa, Jakeline e Sheylla. Juntas vivenciamos experiências únicas neste ano atípico. Gratidão por toda ajuda, companheirismo e apoio durante este período tão importante em minha formação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação Profissional da Participante -----	24
Quadro 2 – Sobre a interação do aluno surdo no ambiente escolar inclusivo -----	25
Quadro 3 – A inclusão do aluno surdo durante as aulas -----	26-27
Quadro 4 – A relação professor e tradutor-intérprete frente ao planejamento das aulas -----	28
Quadro 5 – A aquisição da Língua Portuguesa para o aluno surdo-----	29
Quadro 6 – De que forma acontece o ensino de Língua Portuguesa para o aluno surdo, visto que é sua segunda língua em sua modalidade escrita -----	30
Quadro 7 – Sobre o profissional específico para atuar no ensino de língua portuguesa para surdos como segunda língua -----	31

RESUMO

Por meio de relatos de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP), este trabalho tem como foco principal investigar o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino em uma escola do município de Guarabira/PB. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa - do tipo levantamento de campo. Para melhor compreensão da pesquisa, construiu-se um questionário que teve como público todos os profissionais TILSP que atuam na referida instituição. Os resultados apontam, a partir dos relatos dos TILSP, aspectos relacionados a sua experiência em que se destacam os conflitos existentes diante do atual cenário da educação dos surdos e do ambiente inclusivo no qual estão inseridos. Trata-se de profissionais que detêm, também, experiência na atuação profissional em outras instituições, possuindo formação específica e capacitação para atuar no exercício de suas atribuições. Esses profissionais deixam clara a insatisfação durante o trabalho de interpretação, já que, na maioria das vezes, são os que percebem as dificuldades dos alunos e buscam supri-las. Tais empecilhos não são percebidos pelos professores, pois não planejam suas atuações em parceria com os TILSP, gerando, portanto, maior responsabilidade na atuação dos TILSP. As atividades exigem estudo permanente por parte dos TILSP para que seja possível um bom desempenho do discente surdo. Nesse ínterim, seria relevante que os professores da sala regular participassem da formação que possibilita o conhecimento mínimo da Libras, levando-os a uma prática educativa bilíngue e inclusiva que proporcionaria sua interação social e linguística e evitaria restrições de comunicação apenas por meio dos TILSP. A inclusão dos alunos surdos no ensino regular precisa ser mais efetiva, uma vez que, diante da pesquisa realizada e das respostas dos participantes, nota-se indícios de que a prática educacional da instituição mencionada pode não estar contribuindo o suficiente para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e interação do aluno surdo no âmbito escolar de modo a atender suas necessidades educacionais.

Palavras-chaves: Inclusão. Aluno surdo. Educação de surdos.

ABSTRACT

This work has as main focus through reports of Translators and Interpreters of Libras/Portuguese Language (TILSP) to investigate the process of inclusion of deaf students in the regular school network in a school in the municipality of Guarabira/PB. This is a research with a qualitative approach - the field survey type. To better understand the research, we built a questionnaire, which had as public of the study all tilsp professionals working in the institution. The results point from the reports of the TILSP aspects related to their experience, which highlight the existing conflicts in the current scenario of deaf education and the inclusive environment to which they are inserted. These are professionals who also have experience in professional practice in other institutions, having specific training, being trained to act in the exercise of their duties. They make clear the dissatisfaction during the interpretation work, because most of the time they are the same who perceive the difficulties of the students and seek to supply them. Since these difficulties are not perceived by the teachers, because they do not plan in partnership with the TILSP, thus generating greater responsibility in the performance of the TILSP. The activities require a permanent study by the TILSP, so that a good performance of the deaf student is possible. It would be important for the teachers of the regular classroom to participate in training that would enable the minimum knowledge of Libras leading them to a bilingual and inclusive educational practice, in which they would provide social and linguistic interaction of them, avoiding communication restrictions only through TILSP. The inclusion of deaf students in regular education needs to be more effective, because in view of the research conducted we noticed through the responses of the participants indications that the educational practice of the said institution may not be contributing enough to the implementation of the teaching-learning process and interaction of deaf students in the school environment in a way that meets the educational needs of the students.

Keywords: Inclusion. Deaf student. Deaf education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1.	A EDUCAÇÃO DOS SURDOS	11
2.2	INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA REDE REGULAR DE ENSINO	15
2.2.1	Aspectos metodológicos do ensino de Língua Portuguesa para Surdo	17
2.2.2	O tradutor e intérprete de Libras e Português	18
3	PERCURSO METODOLÓGICO	21
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	21
3.2	PARTICIPANTES DA PESQUISA	22
3.3	INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	22
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	23
3.5	POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICE A- Instrumento de Coleta de Dados	37
	ANEXO – Certidão de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	39

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, este trabalho proporciona uma oportunidade para que as fases da educação dos surdos sejam conhecidas através dos aspectos teóricos-metodológicos, assim como propõe reflexão e questionamento acerca dos diversos acontecimentos relacionados à educação dos surdos em contextos históricos, sociais e culturais. A educação dos surdos foi alvo de muitas indagações e discussões sobre as diversas filosofias que constituíram os processos educacionais das pessoas surdas. Nesse contexto, alguns teóricos discutem as fases da educação dos surdos, tais como: Ciccone (1996); Fernandes e Rios (1998); Fernandes e Correia (2012), Lacerda (1998); Sacks (1998); Santana (2007); Soares (1999). Tais autores proporcionaram a esta pesquisa o entendimento dos aspectos teóricos-metodológicos da educação dos surdos.

Falar de inclusão é falar de longo processo com diversas lutas, avanços, vitórias e retrocessos. Mostra a história que, desde os primórdios, a exclusão era algo inerente ao homem. A sociedade grega, por exemplo, tinha uma prática de lançar dos mais altos penhascos crianças que nascessem com algum tipo de deficiência, prática essa que alcançou também o povo surdo. Dessa forma, entende-se que, antes da política de inclusão na escola, a pessoa com deficiência se deparava com barreiras perante a sociedade.

Diante desses fatos, surge a vontade de se aprofundar nos estudos acerca da inclusão e na compreensão da problemática que está por trás dos discursos e normatizações que orientam o processo de integração, já que ela está presente em diversas instituições educacionais que trabalham com pessoas com deficiência. Sendo assim, questiona-se: Qual a visão dos TILSP acerca da inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino em uma escola do Município de Guarabira/PB?

O reconhecimento da Lei 10.436 de 2002 (BRASIL,2002), regulamentada pelo Decreto 5.626 de 2005 (BRASIL,2005), foi um marco importante para o progresso da inclusão do surdo:

Em seu Artigo 1º a lei destaca, ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Libras - a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

No tocante à metodologia, esta pesquisa se qualifica como uma abordagem qualitativa do tipo descritiva. Em relação ao instrumento de pesquisa, fez-se uso de um questionário virtual com os participantes deste estudo. Tal escolha metodológica deu-se por compreender que ela atende melhor aos nossos objetivos.

Assim, este estudo permite, a partir de relatos obtidos dos TILSP, investigar como ocorre o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino, proporcionando um momento para entender como vem acontecendo a inclusão desse aluno no ambiente escolar. Como exemplo, tem-se o modelo de educação bilíngue que pode ser visto como um refúgio para o surdo, já que ambas as comunidades (comunidade surda e ouvinte) irão interagir.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997, p.23).

Ainda sobre bilinguismo, concorda-se com Fernandes e Rios (1998, p. 14) quando dizem que “o bilinguismo não é um método de educação. Educação com bilinguismo não é, pois, uma nova forma de educação. É um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação”. Os autores acima pontuam o bilinguismo não como uma nova forma educacional, mas como um caminho que possibilita ao aluno surdo uma educação acessível e de qualidade.

Surge, assim, um novo olhar para a educação de surdos: a preocupação e a garantia de que todos passarão a utilizar duas línguas, sendo, para os surdos, a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. Já para os ouvintes, Língua majoritária como primeira língua e Libras como segunda. Portanto, a união entre as duas línguas será de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade surda na sociedade, visto que se sentirão inseridos em sua própria cultura, assim como, também, na cultura dos ouvintes.

Nesse processo de inclusão, a expectativa é de se ter uma escola inclusiva que inclua o aluno surdo e faça ele se sentir participante deste meio. Não adianta inserir o aluno no ambiente educacional e não lhe proporcionar interação entre as duas línguas e condições necessárias para promover as propostas educacionais de inclusão de forma efetiva que visam ao desenvolvimento de habilidades e às competências desses educandos no ambiente escolar.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar, a partir dos relatos dos tradutores/intérpretes de Libras e Português, o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino em uma escola do município de Guarabira/PB.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Diagnosticar como acontece a interação entre os surdos, ouvintes e demais profissionais da escola;
- ✓ Identificar se e como acontece a participação do aluno surdo e ouvinte durante as aulas;
- ✓ Verificar, a partir dos relatos dos profissionais, como procede o trabalho da escola para receber essa demanda.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta um panorama histórico no que concerne aos aspectos metodológicos referentes ao ensino-aprendizagem da pessoa surda. Conhecer as fases da educação dos surdos, por meio dos aspectos teóricos-metodológicos, proporciona não apenas uma ocasião para se adquirir conhecimentos, mas também para refletir e questionar os diversos acontecimentos relacionados à educação dos surdos e ao processo de inclusão em várias épocas. Além disso, aqui foi realizado um estudo acerca do profissional Tradutor-Intérprete de Libras e Português que tem alcançado visibilidade diante da sociedade, sobretudo na comunidade surda a qual tem sido instrumento de acessibilidade.

2.1 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Em 1880, com o Congresso de Milão, o percurso para a educação dos surdos foi iniciado. Esse Congresso conseguiu reunir alguns educadores de surdos da época (visto que os surdos tinham boas condições em relação a sua fonética) e teve como principal objetivo banir as práticas de sinais e gestos utilizadas naquele período como um meio de comunicação e aprendizagem das pessoas surdas, passando a adotar a filosofia oralista que seria, na visão desses educadores, a forma mais correta de se obter diálogo com os deficientes auditivos. Sendo assim, percebe-se que o foco era extinguir a língua de sinais e impor a língua oral:

O interesse era reafirmar a necessidade de substituição da língua de sinais pela língua oral nacional. Foram retomados velhos princípios de Aristóteles que dizia: [...] a fala viva é o privilégio do homem, o único e correto veículo do pensamento, a dádiva divina, da qual foi dito verdadeiramente: a fala é a expressão da alma, como a alma é a expressão do pensamento divino. (VELOSO; MARIA FILHO, 2009, p. 39)

O Congresso ocorreu com apenas um indivíduo surdo participante que teve o seu direito ao voto recusado. Com isso, após votação e aprovação por partes de alguns educadores da época que se encontravam naquele evento, o oralismo passou a ser utilizado como um meio de comunicação que atingiria todo público e facilitaria a vida dos educandos em sala de aula, além de excluir a existência do professor surdo no ambiente escolar, nivelando, assim, toda a turma para um único método de ensino-aprendizagem. Alguns estados do Brasil começam a aderir a esse ensino por meio da comunicação e eliminam a Língua de Sinais. Assim, SOARES (1999, p. 01) diz:

O oralismo é o “processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral (SOARES, 1999, p. 01).

Conforme Goldfeld (2002), o oralismo era baseado em técnicas terapêuticas dispostas a pensar em melhores relações entre surdos e ouvintes. Como resultado dessas práticas oralistas, os surdos não conseguiam desenvolver a fala de forma eficaz. Na verdade, era esse o resultado esperado quando se pensou e se criou o método oralista, pois o que se obtinha dessa prática era apenas a repetição de palavras que eram trabalhadas na terapia.

A fim de responder ao atraso da educação dos surdos, pesquisadores da área, inquietos e inconformados com tamanha defasagem na aprendizagem das pessoas surdas, começaram a produzir as primeiras iniciativas para a implantação da filosofia educacional da Comunicação Total. Corroborando com esse pensamento, Ciccone (1996, p. 6-8) relata que:

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal (...). A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar idéias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito.

A partir do método da Comunicação Total, a interação entre surdos e ouvintes avançou, pois eles se utilizavam de gestos e sinais referentes à Língua Portuguesa, uma vez que não dominavam a Língua de Sinais. A Comunicação Total contribuiu para uma melhor relação com a sociedade, mas deixou a desejar no que diz respeito à aprendizagem do aluno com surdez, obtendo, assim, resultados indesejáveis.

Dentro desta perspectiva, e ainda pensando em melhores condições de aprendizagem para o aluno surdo, surge o modelo de educação bilíngue. Sobre o bilinguismo, Lacerda (1998, p. 10) informa que:

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se “misture” uma com a outra.

Lacerda (1998) destaca a importância que a educação bilíngue tem para a aprendizagem do surdo enfatizando que o processo educativo do aluno com surdez acontece principalmente pelo canal visual-espacial, o que não satisfaz a Comunicação Total, já que é uma combinação entre as línguas. Esse fato dificultava a aprendizagem, pois sabe-se sobre as variações linguísticas que cada Língua possui e suas dificuldades para se compreender uma única língua. Diante disso, o desafio é maior, visto que se tenta compreender várias línguas ao mesmo tempo.

Nesse sentido, Fernandes e Rios (1998, p. 14) afirmam que “o bilinguismo não é um método de educação. Educação com bilinguismo não é, assim, uma nova forma de educação, é um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação”. Surge, então, um novo olhar para a educação dos surdos: o bilinguismo. Essa filosofia educacional vem a cada tempo ganhando espaço e força através dos meios legais. O Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005(BRASIL,2005), em seu capítulo VI, artigo 22, inciso II destaca:

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições, aprovou o Decreto Nº 10.502, de setembro de 2020 (BRASIL,2020), garantindo, em seu Capítulo I, artigo 2º, parágrafo II:

II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

De acordo com as legislações expostas, pode-se perceber que a proposta bilíngue de educação vem se destacando ao longo dos anos e desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento do educando surdo ao ser preocupar com a garantia de que todos passarão a utilizar duas línguas, surdos e ouvintes. Libras para surdos como primeira língua e Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda, sendo, para os ouvintes, a Língua majoritária como primeira e Libras como segunda. Portanto, a união entre as duas línguas será de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade surda na sociedade, visto

que os surdos se sentirão inseridos em sua própria cultura e na cultura dos ouvintes. Assim, Santana (2007, p. 166) descreve que:

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou seja, no oralismo. Essa primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidades linguísticas e receber inputs linguísticos cruciais.

Desse modo, destaca-se a importância de os alunos com surdez terem acesso à Língua Portuguesa e à Língua de Sinais. Vale ressaltar que a Libras é reconhecida legalmente, tendo o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sancionado a Lei 10.436/2002:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação entre os surdos do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

Nesse contexto, a língua de sinais é a mediação entre o aluno surdo que contribui para efetivar sua aprendizagem. Contudo, é importante ressaltar que uma pessoa surda pode sim aprender por meio do reconhecimento da simbolização (sistemas de linguagem), fato que coloca o bilinguismo como sendo a utilização de dois sistemas linguísticos. Sobre isso, Fernandes e Correia (2012, p.23) destacam:

O indivíduo bilíngue é, portanto, um agente que usa e utiliza dois sistemas distintos, com signos distintos objetivando representar conceito. O conhecimento de um sistema simbólico é o conhecimento da forma como aquele determinado sistema de linguagem categoriza a experiência. Assim podemos entender a importância do estudo da natureza da língua de sinais como sistema simbólico específico para o indivíduo surdo, que, através de signos de natureza gestual, espacial e visual, melhor traduzem os processos de percepção e apreensão da experiência da criança surda, desprovida da capacidade de escutar os sons da linguagem verbal articulada e aprendê-la de forma natural, ou melhor, através de processos de aquisição próprios a um ouvinte.

Dessa forma, e reforçando a fala de Fernandes e Correia, o ser bilíngue destaca-se pela capacidade de dominar duas línguas de forma consciente, entendendo que ambas as línguas não se misturam, mas cada uma possuem um sistema linguístico próprio, com regras gramaticais próprias e símbolos distintos. Destarte, o bilinguismo difere-se da filosofia educacional Comunicação Total em que ocorre a mistura entre as línguas.

2.2 INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA REDE REGULAR DE ENSINO

Mostra a história que, desde os primórdios, a exclusão era algo inerente ao homem. A política de inclusão na escola para a pessoa com deficiência viveu essa dificuldade perante o meio social diante da exclusão social que perpassa até os dias de hoje, não mais com agressões físicas, mas com limitações e barreiras sociais. A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino tem sido tema de muitos debates:

A implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo no qual cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejável que na classe regular estejam presentes todos os tipos de aluno, de tal forma que a escola seja criativa no sentido de buscar soluções visando manter os diversos alunos no espaço escolar, levando-os a obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social. (MAZZOTA, 1996, p. 31)

Dessa forma, é possível entender que a inclusão do aluno com surdez no ensino regular é algo que não aconteceu da noite para o dia, visto que as pessoas com deficiência auditiva enfrentaram inúmeros preconceitos e barreiras para que fosse possível conquistar seu espaço diante do ambiente escolar, social, cultural e familiar. A escola, portanto, tem responsabilidade com as reais condições de aprendizagem de cada aluno, proporcionando-lhe um ambiente inclusivo, sendo responsável, também, pelo seu fracasso escolar.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, assegura o acesso à Educação Básica obrigatória e gratuita, garantindo que é dever do Estado dispor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) àqueles que possuem algum tipo de deficiência. Sendo assim, percebe-se o grande progresso da educação inclusiva que busca o ingresso e permanência dessa demanda na rede regular de ensino.

Iniciada pela Declaração de Salamanca, na década de 1990, surge a política de *Educação para todos* a fim de garantir a oportunidade de espaço de qualidade no Sistema Educacional de Ensino, além de conseguir a permanência do educando e bons resultados em sua aprendizagem. Nessa perspectiva, a Declaração de Salamanca (1994) também estabelece alguns princípios fundamentais que objetivam o direito de todos terem acesso à Educação.

Diante da preponderância deste documento, nota-se um grande e elevado avanço por parte da Educação inclusiva que vem rompendo determinados paradigmas e deixando marcas e registros para a construção de uma sociedade justa, igualitária e integral para todos.

Em 1996, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 1996, que garante, em seu Art. 59, princípios norteadores para a construção de um currículo voltado às necessidades específicas de cada educando e à organização do processo de ensino e

aprendizagem com a finalidade de atender as necessidades de cada indivíduo, sendo a formação do professor uma dessas demandas de fundamental importância, já que esse profissional terá o compromisso de prepará-los para a integração em uma sociedade que deveria estar em busca de equidade e longe de qualquer forma de preconceito. (BRASIL, 21996).

Nesse panorama, tem-se a Lei 13. 146 de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - que tem como objetivo garantir à pessoa com deficiência condições de igualdade e efetivação de inclusão social e de sua cidadania (BRASIL, 2015). A legislação destaca, em seu Artigo 27, inciso IV, a oferta, em escolas inclusivas e classes bilíngues, de educação bilíngue em Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua.

Essa questão descrita na lei (o ensino da Libras como língua materna da pessoa surda e o português como segunda língua em sua modalidade escrita) é algo que se efetivou, embora seja preciso avaliar como efetivamente ocorre esse processo de ensino-aprendizagem em relação aos profissionais envolvidos nesse processo de intermediação da comunicação (professores, tradutores, intérpretes e demais).

O discurso da inclusão é algo que se precisa ponderar, pois hoje a pessoa surda está inserida em um contingente no qual predomina a Língua Portuguesa. Sendo assim, a pessoa surda vive um conflito perante a política de inclusão na escola, principalmente no ensino regular, onde todos (surdos e ouvintes) estão inseridos.

Skliar (2001, p. 19) explica o modelo inclusivo da educação no ensino regular:

[...] a inclusão é compreendida, simplesmente, como um processo que sirva a socialização da alteridade deficiente – que é suposta como excluída, separada, guetizada, etc. – na escola regular. É nesse sentido que frequentemente acontece aquilo que pode ser chamado de inclusão excludente ou de integração social perversa, isto é, a ilusão de ser como os demais, o parecer com os demais, o que resulta numa pressão etnocêntrica de ter que ser forçosamente, como os demais.

Campello et al. (2012) diz que “A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o nosso aprendizado, o aprendizado dos surdos.” Foi observado que o espaço escolar que atende ao aluno surdo e é nomeado pela legislação como escola inclusiva não oferece condição para que a política de Inclusão Escolar seja efetivada. O autor acima descreve, de forma revoltosa, a “inclusão como excludente” ou com “integração social perversa”. Ou seja, para que ocorra a verdadeira inclusão, não é o aluno que precisa se adequar ao ambiente, é preciso que toda a proposta educacional esteja alinhada às políticas de educação especial, buscando, assim, promover o

ambiente descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010) cuja preocupação é a inclusão de forma integral desses indivíduos. Nessa proposta, a Lei 10.436 de 2010 assume um caráter inclusivo perante a educação dos surdos, pois é reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda.

Dessa forma, torna-se relevante ponderar acerca da Educação inclusiva, atentando para as legislações em vigor que garantem a efetivação da inclusão da pessoa com deficiência. A partir daí, observar, também, de que forma acontece o planejamento pedagógico e a organização educacional da instituição que recebe essa demanda.

2.2.1 Aspectos metodológicos do ensino de Língua Portuguesa para Surdo

O Ensino de Língua Portuguesa (segunda língua em sua modalidade escrita para surdos) tem sido alvo de muitas discussões, pois existe certo receio de adequação às demais diversidades linguísticas existentes. Seguindo essa linha de raciocínio, Karnopp (2002) afirma que “Uma das maiores contribuições que linguistas e educadores de surdos pode prestar hoje é varrer a ilusão da “deficiência verbal” e oferecer uma noção mais adequadas das relações entre a Língua Portuguesa e Língua de Sinais” (p. 56).

Ao utilizar o termo “deficiência verbal”, a autora se refere à Língua Portuguesa no que diz respeito à diversidade linguística existente dentro dela. Seria o caso de se pensar em uma rejeição à educação bilíngue que se utiliza da pluralidade e leva o surdo a não interagir com as diversas vias linguísticas.

O decreto 5.626, de 2005 (BRASIL, 2005), diz, em seu Art. 5º, que a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, desde que Libras e Língua Portuguesa escrita constituam línguas de instrução para viabilizar a formação bilíngue. Ou seja, fazer valer o direito à aprendizagem por meio das duas vias, Libras e Língua Portuguesa. Dessa forma, Freire (1999, p. 26) aponta que:

[...] a aprendizagem de Língua Portuguesa, como primeira ou como segunda língua, é direito de todo cidadão brasileiro e que o ensino desta língua é de responsabilidade da escola. Se o fracasso existe, ele tem que ser enfrentado a partir de uma proposta nova calcada nas reais necessidades do aprendiz surdo, para quem a primeira língua é a Língua de Sinais e para quem a Língua Portuguesa é uma segunda língua com uma função social determinada.

A escola tem um papel fundamental na vida de cada cidadão que por seus portões adentra. Ela não é a redentora da pátria, mas é importante entender sua função social: ofertar

um ensino de qualidade que possibilite ao aprendiz desenvolver competências e habilidades básicas de comunicação e expressão. Em se tratando da Língua Portuguesa, Freire (1999) chama atenção para a proposta que a escola tem desenvolvido, pois “se o fracasso existe, ele tem que ser enfrentado a partir de uma nova proposta”. Desse modo, é preciso se reinventar para que, assim, seja possível um ensino de qualidade.

Lacerda e Lodi (2009) consideram que a teoria cognitivista piagetiana é, no Brasil, arcabouço dos estudos de Ferreiro e Teberosk (1988). Esses estudos foram a base para o desenvolvimento de alguns trabalhos entre os anos de 1980 e 1990 que visaram à compreensão dos processos implicados no processo de ensino-aprendizagem da linguagem escrita por surdos.

Portanto, o ensino de língua portuguesa para alunos surdos passou, durante muitos anos, por diversos estudos e pesquisas que supunham existir um grande déficit cognitivo atrelado ao aluno surdo, já que ele seria relapso à sua deficiência (surdez).

Diante do exposto, vale ressaltar que a maioria dos alunos que estão inseridos nas escolas e que exercem como primeira língua a língua majoritária não possuem o domínio dela. Essa mesma realidade acontece com os surdos que chegam às escolas e são diretamente tidos como deficientes linguísticos porque não dominam a língua de sinais, visto que é a sua primeira língua. Diante desse contexto, nota-se que o aluno surdo também possui dificuldades em dominar a língua portuguesa.

Enquanto criança, o surdo estabelece contato com a Língua de Sinais, primeira língua e por ele dominada. Assim, se inicia a construção da aprendizagem que ficará mais fácil ao chegar ao ambiente escolar. Em seguida, ele terá acesso às duas línguas, tanto na escola quanto nos Centros de Atendimento Especializado aos Surdos (CAES). Dessa forma, concorda-se com Quadros (2006) quando ela fala que a educação bilíngue não poderá existir se não existir professores bilíngues, ou seja, profissionais que dominam as duas línguas, tendo habilidades com a língua portuguesa e língua brasileira de sinais.

2.2.2 Tradutor e Intérprete de Libras e Português

Ao pensar no profissional TILSP, é importante destacar a Lei 10.436/2002 que reconhece, em seu Art. 1º, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, expressão e outros recursos de expressão a ela associados. (BRASIL,2002). Considera-se que, a partir dessa lei, inicia-se um grande processo em torno do reconhecimento do profissional TILSP que vem se fortalecendo e ganhando mais espaço e notoriedade no

mercado de trabalho, sobretudo com a aprovação da Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras (BRASIL, 2010b).

É por meio do TILSP que ocorre o processo de interlocução, sendo este profissional capaz de interagir e transitar de forma fluente entre as línguas que serão utilizadas naquele momento. É importante que o TILSP procure sempre se manter atualizado nos assuntos gerais, de modo que possibilite uma melhor execução de seu trabalho, assim como, também, para que a pessoa surda tenha conhecimento do que está acontecendo no âmbito social, cultural, econômico, histórico e político, visto que os surdos não têm acesso a alguns meios de comunicação por falta desses profissionais em diversos setores da sociedade.

Para a execução do ato de Interpretação do profissional TILSP, existem duas apreciações descritas na Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, a qual destaca, em seu artigo Art. 2º, que o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Conforme mencionado em lei, o profissional, durante o ato de interpretação, deverá ter competência para transitar nas duas línguas, bem como pode depender da escolha de uma das duas formas interpretativas, a interpretação simultânea ou a interpretação consecutiva.

Com relação à formação do profissional TILP, a LBI (2015, p. 7) faz, no artigo 28, a seguinte menção:

- I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

De acordo com a LDB, fica claro que existe a exigência de formação para a atuação do profissional TILSP, sendo cobradas formações diferentes para a atuação em cada nível (médio e superior), ambos demandando habilitação específica de acordo. Para uma melhor orientação profissional, outro aspecto importante que está relacionado à atuação do TILSP é o Código de Ética do TILSP (2010) que destaca, em seu Capítulo 1, alguns princípios fundamentais:

- Art. 1º- São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;
- Art. 2º- O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

Art. 3º- O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

Art. 4º- O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

Art. 5º- O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

Desse modo, certamente, compreende-se que o TILSP é um profissional que preza pelo cumprimento ético no desempenhar de suas atribuições profissionais. Referindo-se ao ambiente escolar, Lacerda (2002, p.123) diz que o intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e mediar a relação com o aluno para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso do discente, sendo uma postura ética e profissional buscar conversar, discutir, planejar em conjuntos novas formas para que ocorra o fazer pedagógico e o desenvolvimento do aluno surdo.

Além disso, no ambiente escolar, deve existir uma relação de confiança e profissionalismo entre o profissional TILSP e o professor, o que contribui com o sucesso ou fracasso do processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo. Assim, ao organizar seu planejamento, o TILSP precisa ter como referência o planejamento do professor que possibilitará um melhor caminho a ser seguido e a construção de suas estratégias para serem trabalhadas com o aluno surdo. Mesmo que o TILP seja a via de comunicação entre o aluno com surdez, é de grande importância que o docente também tenha uma boa relação com este aluno, visto que ele sempre que tiver alguma dúvida recorrerá ao professor.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo levantamento de campo (quando pessoas são interrogadas sobre algum tema/assunto). Para Gil (2007), a pesquisa é conceituada como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Este trabalho desenvolveu-se por meio de um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Nesta pesquisa, são traçados quatro caminhos para melhor organização e compreensão do percurso metodológico: A natureza e contexto da pesquisa, os participantes, o instrumento para constituição de dados e, por fim, os procedimentos de análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição de ensino localizada no município de Guarabira/PB. A unidade escolar funciona durante os três turnos e atende 403 alunos. Fundamental I (1º ao 5º ano) no turno da manhã, Fundamental II (6º ao 9º ano) no turno da tarde e à noite na segunda fase (5º ao 8º ano) da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, a escola oferece o programa Mais Educação, que proporciona aos estudantes oficinas de esporte, português, matemática, orientação de leitura e teatro, mas vale ressaltar que o foco da escola está voltado para a Educação Inclusiva. Segundo relatos da coordenadora pedagógica da instituição, a escola é modelo na área da inclusão e atende não só os alunos deficientes de seu município, como recebe, também, uma demanda das cidades circunvizinhas.

A estrutura física da escola está em boas condições, tanto para atender os estudantes da sala regular como os que possuem algum tipo de deficiência. Possui 08 salas de aula, 01 cozinha, 01 pátio, 01 sala de reforço, 01 laboratório de informática (com 15 computadores), 01 secretária, 01 diretoria, 02 banheiros femininos com acessibilidade, 02 banheiros masculinos com acessibilidade, 01 banheiro para os professores, 01 banheiro para diretora, 01 almoxarifado e 01 sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com isso, destaca-se o art. 5.º da Resolução n.º 4/2009 que fala sobre o AEE:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a

Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, s/p).

Os profissionais que fazem parte dessa instituição são: 2 secretárias, 34 professores, 04 auxiliares de serviços gerais, 02 vigias, 03 merendeiras, 06 cuidadoras, 02 agentes administrativos, 03 Tradutoras/Intérpretes Libras, 01 diretora e dois vices, 01 coordenadora do Ensino Regular, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos e o programa Mais Educação.

No ano de 2008, foi implantado, na referida instituição de ensino, o AEE com profissionais capacitados nas demais áreas das necessidades especiais, passando a atender um público maior, tais como: surdos, cegos, deficientes físicos, deficientes intelectuais, autistas, entre outros. Todos os profissionais que trabalham na área possuem formação específica para desenvolver tais funções e muitos deles buscaram formação na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) que é devidamente reconhecida pelo MEC.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A população do estudo foi todos os profissionais que atuam na instituição. A amostra feita é do tipo não probabilística intencional por ser constituída pelos três profissionais Tradutores-Intérpretes de Libras que são os que têm contato diário com os alunos surdos e formação específica.

TILP 1: Curso básico de libras e Capacitação em intérprete de Libras, oferecido pela FUNAD, com duração de três anos; formada em Administração.

TILP 2: Curso básico de libras e Capacitação em intérprete de Libras, oferecido pela FUNAD, com duração de três anos; Especialização em Libras; Formada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia Institucional.

TILP 3: Curso básico de libras e Capacitação em intérprete de Libras, oferecido pela FUNAD, com duração de três anos; Curso superior em Pedagogia na UEPB; Especialização em Libras.

3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Para evitar a disseminação do vírus diante de um ano tomado pela pandemia do Covid-19, optou-se pela coleta de dados utilizando um questionário virtual com perguntas subjetivas elaborado via Google Forms. Este foi enviado às três participantes via aplicativo WhatsApp. Antes do envio, foi feita uma conversa com as participantes para explicar os objetivos da

pesquisa e questionar se poderiam participar. Ambas as intérpretes logo aceitaram, o que facilitou o prosseguimento do estudo. Assim, após dois dias, foi encaminhado o questionário com as explicações de como deveriam proceder com o prazo flexível de oito dias para a devolutiva, seguindo os mesmos meios virtuais do recebimento. Para a análise deste questionário, o objetivo foi identificar e discutir como ocorre o processo de inclusão do discente surdo na rede regular de ensino.

O questionário consiste em um instrumento de coleta de dados, composto por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. Geralmente, o pesquisador envia o questionário ao informante que o devolve depois de preenchido (MARCONI; LAKATOS, 2017). Assim, foram utilizados três questionários para a análise de dados que continham, também, os objetivos a serem alcançados através desta pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Consistiu na descrição das respostas coletadas nos questionários e na relação que será estabelecida entre estas respostas e as discussões teóricas que vêm sendo feitas a respeito da temática. A análise dividiu-se em seis partes para seis indagações. Durante a análise, todos serão identificados com a sigla TILP (Tradutor Intérprete de Libras e Português). Portanto, a cada indagação, seguirá abaixo a resposta dos três participantes, TILP 1, TILP 2 e TILP 3.

3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA

Este projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), sendo aprovado de acordo com o parecer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio de um olhar reflexivo sobre os relatos das experiências das Tradutoras Intérpretes de Libras, busca-se conhecer e refletir sobre como acontece o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino da instituição onde a pesquisa se realizou.

Tabela 1- Perfil pessoal das participantes. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Variáveis	Nº	%
Sexo		
Feminino	03	100%
Idade		
30-35	02	66,7%
50-55	1	33,3%
Situação conjugal		
Casada	2	,%
Solteira	1	%
Total de Tradutores/Intérpretes de Libras	03	100%

Fonte: autora (2021)

Trata-se de uma tabela que proporciona entender um pouco do perfil pessoal de cada participante: ambas do sexo feminino, duas com faixa etária aproximada e vida conjugal. Com a carga horária de trabalho bastante comprometedor e as atividades do lar, elas relatam que há anos não participam de formação na área específica e que participavam nos tempos de graduação.

Quadro 1 – Formação profissional dos participantes. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

	Formação acadêmica	Cursos
TILP – 1	Licenciatura em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia Institucional.	Curso de Língua Brasileira de Sinais; Curso de Formação Tradutores Intérpretes de Libras; Curso de Atendimento Educacional Especializado.
TILP – 2	Licenciatura em Pedagogia; Especialista em Libras;	Curso de Formação de Intérprete de Libras; Curso Básico de Libras.
TILP – 3	Curso de Administração	Curso de Formação de Intérprete de Libras; Curso Básico de Libras

Fonte: autora (2021)

As TILP entrevistadas possuem formação específica para atuar na área, mas demonstram pouco conhecimento no que diz respeito aos aspectos atuais das políticas de inclusão, deixando claro em seus discursos o atraso no reconhecimento das legislações atuais. Nesse ínterim, a Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, dispõe, em seu Art. 4º, que a

formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

A lei acima mencionada é a que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diante dos aspectos referidos, é frisada a importância de não apenas ter a formação exigida para atuar, mas estar de acordo com o que descreve o inciso III do Artigo 4º (cursos de formação continuada). Com isso, retoma-se a questão da notabilidade do profissional buscar se capacitar para que sua atuação seja identificada de forma positiva. Apenas uma das profissionais seguiu buscando formação e tornou-se especialista em sua área de atuação, revelando que encontrou motivação para prosseguir nos estudos através de seu filho surdo.

Para entender como de fato ocorre a interação e inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino, precisa-se refletir, neste momento, acerca de relatos das profissionais TILP. Para isso, foi preciso adentrar na unidade escolar através dos meios virtuais de comunicação e por intermédio das profissionais.

Quadro 2 – Sobre a interação do aluno surdo no ambiente escolar inclusivo. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Como acontece a socialização entre os surdos, ouvintes e demais profissionais da escola?

TILP responderam:

TILP – 1: *“Acontece de forma inclusiva. Professores e demais profissionais da escola e os alunos ouvintes interagem com os alunos surdos, contribuindo, assim, para que a verdadeira inclusão escolar aconteça. Como também os alunos surdos participam das atividades e eventos realizados pela escola”*

TILP – 2: *“De maneira um pouco complicada, pois nem todos têm o domínio da Libras e isso faz com que a socialização seja difícil. Ao mesmo tempo, a interação é boa, respeitando o limite de cada um”*

TILP – 3: *“Poderia ser melhor, muitas vezes os professores ignoram os surdos, pois acham que eles são responsabilidade dos intérpretes”*

Fonte: autora (2021)

Nesse contexto, ao analisar as falas das TILP, encontra-se uma contradição no discurso de uma delas que não converge com as demais, visto que as mesmas trabalham no mesmo ambiente escolar. É possível entender que ambas não têm a mesma visão e talvez o

conhecimento necessário para compreender o contexto educacional inclusivo no qual o aluno surdo está inserido. O momento pode indicar que não há um diálogo e planejamento entre os próprios profissionais e que o grupo de intérpretes tem liberdade para atuar da forma que achar melhor. Nesse sentido, Lacerda & Polleti (2004, p. 15) reforçam que “A questão da falta de um planejamento conjunto, de um trabalho de equipe e de uma concepção mais clara do que signifique aceitar um aluno surdo em sala de aula também interferem significativamente no trabalho dos intérpretes”.

Desse modo, é possível observar que existe um conflito com relação à política de inclusão no ensino regular, sendo este não atendido e entendido pelos próprios profissionais que atuam na área específica da surdez, uma vez que os relatos sobre a socialização remetem a uma oportunidade para entender como acontece a inclusão escolar a partir da interação dos alunos surdos no ambiente dito inclusivo.

Corroborando com a linha de pensamento das TILP, pesquisa realizada pelos autores Ferreira e Miguel (2020) aponta que:

Os participantes acreditam que a equipe gestora não expressa envolvimento com os surdos, tampouco com o TILS, assim as especificidades deles não são asseguradas, pois fica difícil sem o apoio da gestão. Para estes profissionais muitos problemas poderiam ser amenizados se todos se envolvessem com a inclusão do surdo, principalmente, se a gestão valorizasse mais a participação dos TILS nas reuniões escolares e incentivasse sua participação na realização de planejamento do professor. (FERREIRA; MIGUEL, 2020, p. 16)

Nesse sentido, é perceptível o quanto ainda precisa ser feito com relação à inclusão do aluno surdo, tal como um movimento conjunto e em parceria com todos os profissionais que integram a escola. Ainda é muito comum encontrar discursos que apontam a inclusão do surdo se dará com a inserção do TILP, limitando a interação do surdo apenas a esse profissional. Para romper com esses estigmas, é preciso ir além, buscando movimentar a escola através de projetos e eventos que promovam a visibilidade da comunidade surda naquele ambiente escolar.

Quadro 3 – A inclusão do aluno surdo durante as aulas. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Como acontece a participação do aluno surdo e ouvinte durante as aulas?

TILP responderam:

TILP – 1: “Os alunos ouvintes interagem muito bem com os alunos surdos. Assim como os professores procuram manter uma boa relação com os mesmos os incluindo nas atividades escolares e em seu plano de aula”

TILP – 2: “Difícil, porque a participação do aluno surdo no mundo dos ouvintes é bem complicada, nem todos compreendem o que eles querem sinalizar”.

TILP – 3: “Apenas com a interpretação do intérprete a maioria dos professores nem querem saber se o aluno entendeu ou se está aprendendo”

Fonte: autora (2021)

Os depoimentos apontam algumas barreiras e dificuldades em relação à falta de socialização entre surdos e ouvintes. Falar de socialização é falar de relacionamento, relação social, construção de identidade, culturas. Ela é algo que se inicia desde a infância quando o indivíduo dá seus primeiros passos. Nesse contexto de educação de surdos, é importante destacá-la no processo de aquisição de línguas, pois é em contato com o outro que se aprende e se desenvolve. O estudioso das questões da língua e linguagem Bakhtin se apoia em uma perspectiva histórico-social, afirmando que é a partir do meio ideológico e social que se forma a consciência individual. Nessa conjuntura, vale salientar que a escola em questão é uma escola modelo na área inclusiva do município de Guarabira e que atende não apenas alunos com deficiência de seu município, mas também das cidades circunvizinhas.

O princípio fundamental da escola inclusiva é que os alunos sempre que possível devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia subjacente nesse princípio é a de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, qualquer que seja sua condição física, social, emocional ou de outro tipo. (SOUZA e MACÊDO, 2002, p. 13).

O professor deve despertar no aluno o interesse nas aulas ministradas, levando-o à participação durante as aulas e tirando suas próprias dúvidas se assim for preciso. Desse modo, reforça-se a importância de os profissionais participarem dos planejamentos pedagógicos para que sejam expostas todas as dificuldades a fim de buscar caminhos que possam construir sentidos para o progresso da política do incluir, além da escola promover ações e projetos que envolvam todos os profissionais do âmbito educacional no qual o sujeito surdo está inserido.

Corroborando com esse pensamento, estudos recentes sobre a inclusão do aluno surdo apontam, segundo Santos e Miguel (2019, p. 166), que “Por mais que haja a vontade e o compromisso do docente, as dificuldades em incluir esses alunos podem estar ligadas a falta de formação desses profissionais para trabalhar com alunos surdos e envolvê-los nos projetos.” Dessa forma, é perceptível que este estudo entende como é imprescindível a formação dos profissionais que trabalham com o aluno surdo, assim como o desenvolvimento de projetos que ponderem a verdadeira inclusão.

Quadro 4 – A relação professor e tradutor intérprete frente ao planejamento das aulas. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

O Tradutor Intérprete de Libras precisa planejar suas atividades em parceria com o professor regente, concorda? De que forma ocorre essa parceria nesta escola? Explique.

TILP responderam:

TILP – 1: “*Sim. Acontece através do diálogo onde há uma troca de informação a respeito do aluno. A partir dessa troca de informações, o professor pode planejar suas aulas dentro da realidade de cada estudante, contribuindo assim com o processo ensino-aprendizagem destes e sua participação nas atividades escolares*”

TILP – 2: “*Sim. Simplesmente não ocorre, pois os professores planejam suas atividades só, não comunicam ao intérprete. Chegam na sala e dão sua aula normalmente, deixando o intérprete com mais trabalho, tendo o mesmo que estudar os conteúdos para saber explicar ao aluno surdo*”

TILP – 3: “*Sim, não tem essa parceria. Os professores não repassam o plano nem tem a participação do intérprete nos planejamentos*”

Fonte: autora (2021)

É interessante a reflexão acerca dos depoimentos das intérpretes porque permite perceber que, em um mesmo grupo de profissionais, existem visões diferentes a respeito de determinado assunto. Destarte, e com base em duas respostas em que predominam o mesmo sentimento, entende-se que a escola precisa se atentar para muitas questões referentes à socialização desses alunos e à efetivação das políticas de inclusão escolar em sala de aula. É preciso que exista parceria entre os profissionais. Além disso, os relatos revelam as dificuldades diante da mediação do processo inclusivo, visto que, por não existir o conhecimento e domínio por parte do professor regente da sala de aula regular, os alunos surdos acabam sofrendo as consequências de um ensino de má qualidade. Diante da falta de parceria entre os profissionais, toda a responsabilidade se volta para o Tradutor-Intérprete de Libras e Português que precisa estudar os conteúdos ministrados pelos professores para que o aluno surdo possa ter uma melhor percepção do que será exposto.

O princípio fundamental da escola inclusiva é que os alunos sempre que possível devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia subjacente nesse princípio é a de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, qualquer que seja sua condição física, social, emocional ou de outro tipo. (SOUZA e MACÊDO, 2002, p. 13).

A escola e os profissionais precisam estar preparados para atender essa demanda. Em contrapartida, estudos recentes feitos por Silva e Monteiro (2020) relatam a experiência em um curso voltado para a área de Gestão/Administração. “Nesta Instituição, ocorria exatamente o contrário, os instrutores sempre se reuniam comigo para debater sobre a questão metodológica

das aulas, o que eles poderiam estar fazendo para melhorar o processo de ensino, debatíamos os principais assuntos que seriam abordados na disciplina e qual seriam as melhores estratégias pedagógicas para ministrar esses conhecimentos aos alunos surdos.”(p. 161-162).

Esse relato revigora os profissionais, sendo, possivelmente, o mesmo relato que as entrevistadas acima gostariam de expor. Discutir e planejar, em consonância com os professores regentes as principais estratégias didáticas a serem trabalhadas durante as aulas, contribui para um trabalho eficaz durante o processo tradutório simultâneo, pois, para o TILP, o encontro com o conteúdo antes lhe proporciona uma ocasião para pesquisar, estudar e pensar as possibilidades tradutórias. Assim, é importante pensar, também, que, por se tratar de um curso, se torna ainda mais relevante esse contato com o conteúdo, pois nem sempre os TILP são da área específica, não possuindo conhecimento necessária para uma tradução de qualidade.

Quadro 5 – A aquisição da Língua Portuguesa para o aluno surdo. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Sabe-se que a língua Portuguesa é a segunda língua do aluno surdo. Na sua opinião, este aluno é capaz de aprender sua segunda língua em sua modalidade escrita apenas com os conhecimentos adquiridos na escola? Justifique sua resposta!

TILP responderam:

TILP – 1: *“Não. Para que o aluno surdo aprenda e compreenda a Língua Portuguesa esta deve ensinada através da sua língua materna. Através de materiais didáticos de qualidade e acessível em LIBRAS e com professores qualificados e capacitados para ensinar a esta clientela”*

TILP – 2: *“Sim, ele é capaz se ele for apenas surdo e não tiver outra limitação que o impeça”.*

TILP – 3: *“Não, o surdo não consegue aprender, a metodologia adotada na maioria das vezes não é voltada para se adequar aos surdos”*

Fonte: autora (2021)

Ao se falar de linguagem, juntamente ao processo de ensino-aprendizagem, logo se percebe que seria impossível não destacar a função social, de modo que ela se desenvolve a partir da relação com o outro, o que leva, mais uma vez, a refletir sobre a interação desses indivíduos. Os depoimentos revelam que as profissionais acreditam que, além do espaço escolar e suas limitações para o bom desempenho deste aluno, é preciso buscar outras formas e meios de se aperfeiçoar, tais como materiais didáticos adaptados e o Atendimento Educacional Especializado que trabalhará de forma específica cada deficiência, respeitando as limitações de cada educando. Sobre o atendimento educacional especializado, Damázio (2007, p. 38) enfatiza que:

O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que, sobretudo acredite nesta proposta estando disposto a realizar as mudanças para o ensino do português aos alunos com surdez.

Portanto, na escola pesquisada, a profissional que faz atendimento na sala de AEE não possui formação específica em língua portuguesa, o que dificulta ainda mais o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Quadro 6 – De que forma acontece o ensino de Língua Portuguesa para o aluno surdo, visto que é sua segunda língua em sua modalidade escrita. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Como acontece o ensino de língua portuguesa para alunos surdos nesta instituição?

TILP responderam:

TILP – 1: “Acontece de forma igualitária onde todos têm a oportunidade de aprender. E cada aluno surdo tem uma intérprete que auxilia a sua comunicação com os alunos ouvintes e os professores na sala de aula”.

TILP – 2: “Não é coerente para os surdos”

TILP – 3: “Normalmente, junto com os demais alunos ouvintes, agora o intérprete é quem faz a tradução da língua portuguesa”.

Fonte: autora (2021)

Mais uma vez, observa-se opiniões divergentes e a presença de algumas barreiras que permeiam a aquisição da segunda língua do aluno surdo. O papel do Tradutor Intérprete de Libras deveria ser o de interpretar e fazer a intermediação da comunicação, proporcionando ao aluno surdo a acessibilidade necessária para a compreensão do que está sendo ministrado pelo professor regente em sala de aula. Com os depoimentos, percebe-se que as profissionais se deparam com uma realidade muito diferente e que sentem a necessidade de buscar meios (recursos pedagógicos, materiais ilustrados, cartazes) que enriqueçam a mediação durante o processo de ensino-aprendizagem deste aluno.

No ensino de português para surdos, a metodologia deve incorporar, além desses conceitos, a necessidade que o aprendiz tem de interagir com o *input* visual do português por escrito para realizar os processos cognitivos essenciais à aquisição dessa segunda língua, pois “a aquisição de uma língua resulta da interação entre as habilidades mentais do aprendiz e o ambiente linguístico em que ele se encontra”. (GRANNIER; SILVA, 2005, p. 1-2).

Quadro 7– Sobre o profissional específico para atuar no ensino de língua portuguesa para surdos como segunda língua. Guarabira, Paraíba, Brasil, fev. 2021.

Na sua opinião, o aprendizado da segunda Língua (Língua Portuguesa, na modalidade escrita) deve ser ministrado por professores fluente nas duas línguas (LIBRAS e Língua Portuguesa) e conhecedor da cultura surda? Explique.

TILS responderam:

TILP – 1: *“Sim. Ao conhecer as duas línguas o professor não terá dificuldades em fazer um plano de aula com metodologias necessárias, adequadas e acessíveis ao ensino destes discentes proporcionando-os uma aprendizagem significativa e de qualidade”*

TILP – 2: *“Depende, se o professor preparasse a aula junto com o intérprete, talvez não precisaria do professor libras/portuguesa”*

TILP – 3: *“Sim, seria maravilhoso se estivesse um profissional que dominasse as duas línguas, mas infelizmente em nossa escola temos uma realidade bem diferente”.*

Fonte: autora (2021)

A garantia do ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua é encontrada no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu Art. 14, parágrafo 1º, inciso II: “oferta, obrigatória, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos.” É importante entender que, para o profissional exercer essa função, será exigido curso superior de Licenciatura em Língua Portuguesa.

Os depoimentos aqui descritos pelos participantes revelam um certo descontentamento com a realidade na qual estão inseridos. Embora os relatos se contraponham, percebe-se a preocupação por parte das entrevistadas, assim como, também, a insatisfação com o atual cenário educacional. Nesse processo, é de fundamental importância ter em mente qual o profissional adequa-se ao contexto. Para isso, Lodi (2004) aponta que o professor ouvinte bilíngue torna-se fundamental, pois apenas um professor que conheça os processos enunciativos de ambas as línguas poderá trabalhar na análise entre enunciados nas duas línguas, de forma a favorecer essa aprendizagem.

Assim, ainda sob a análise referente à fala das profissionais intérpretes, percebe-se, nas entrelinhas, a indignação das profissionais mediante a dura realidade que enfrentam e as condições desfavoráveis que a instituição escolar oferece ao aluno surdo. Muitos professores, por falta de conhecimento, não compreendem a forma escrita do português pelo aluno surdo e avaliam como sendo sua primeira língua, o que não faz parte da realidade. A escrita vem cada vez mais tomando espaço em todos os meios sociais, com isso a prática tem se tornado algo

inerente ao indivíduo integrante da sociedade, não sendo diferente com o povo surdo que se utiliza da escrita para se comunicar nas redes sociais em diversos aplicativos:

Vive-se em um mundo em rede, onde novos espaços de comunicação como as comunidades virtuais, blogs, fóruns e outros estão cada vez mais presentes, permitindo a interação social a partir do compartilhamento da informação, contribuindo assim para o surgimento de novas formas de aprender e de ensinar. (BARBOSA; FERREIRA, 2013, p.83)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada e intitulada *A inclusão do aluno surdo sob relatos dos tradutores-intérpretes de libras e português em uma escola no município de Guarabira/PB* permitiu concluir que o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino do referido município encontra-se em um momento bastante delicado. É possível perceber, diante da pesquisa e dos relatos obtidos, o despreparo em que se encontra os profissionais de uma escola que recebe o público da modalidade de ensino da Educação Especial.

Referentes à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino e à organização escolar, tem-se, além do quadro de profissionais TILSP, os demais funcionários. Partindo desta investigação, e com base nos relatos, foi possível constatar que a instituição mencionada não apresenta condições metodológicas, linguísticas e estratégicas específicas voltadas para este público alvo, o que ocasiona barreiras para os discentes surdos no tocante ao seu desenvolvimento. Vygotsky (1998, p. 22) aponta que o aprendizado decorre da compreensão do homem como um ser que se forma em contato com a sociedade. "Na ausência do outro, o homem não se constrói homem".

Na escola, o discente surdo precisa se relacionar e interagir para que se desenvolva. Dessa forma, para que o surdo tenha um bom desempenho, seriam necessários professores bilíngues, funcionários que dominassem o básico da língua de sinais e alunos ouvintes conhecedores da Libras.

Diante dos relatos das profissionais, percebe-se que ainda há muito o que fazer para melhorar o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular. Tal ação poderia se iniciar com a efetivação do cumprimento das leis que regulamentam as políticas inclusivas. Dessa forma, fica clara, na pesquisa, a indignação por parte das TILPs acerca de algumas práticas pedagógicas da equipe docente atuante na sala regular.

Enfatiza-se, além disso, a fala das entrevistadas sobre a falta de formação adequada de alguns profissionais (professores da sala regular) que assumem determinados cargos e provocam resultados negativos no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Por fim, é enfatizada a importância da formação em Libras dos professores da sala regular para atuar nesta área e a presença da educação bilíngue a fim de que todos aprendam as duas línguas e aconteça a verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010b. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares**, 2009.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>

Acesso em: 10 de abril. 2020. Disponível em:

BRASIL. **Código de Ética do interprete de LIBRAS e Lei que regulamenta a Profissão**. 2010. Disponível em:< <http://ivanguaiinterprete.blogspot.com/2013/02/codigo-de-etica-do-interprete-de-libras.html>> Acesso em: 22 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 DE julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 13 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União em 6 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 13 de abril de 2020.

CAMPELLO, A. R., PERLÍN, G., STROBEL, K., STUMPF, M., REZENDE, P., MARQUE, S. R., MIRANDA, W. **Carta aberta ao ministro da educação elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística.** 2012. Disponível em: Disponível: <http://marianahora.blogspot.com.br/2012/06/carta-aberta-dos-doutores-surdos.html>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

CICCONE, Marta. **Comunicação total:** introdução, estratégias a pessoa surda. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996. Disponível em:
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf>

DAMÁZIO, Milene F. Macedo. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com Surdez. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

FERNANDES, Sueli. **Surdez e linguagem:** é possível o diálogo entre as diferenças? Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1998.

FREIRE, Alice M. da Fonseca. In. SKLIAR, Carlos. Org. Atualidade da educação bilíngue para surdos. 3. ed. Porto Alegre: **Mediação**, 1999. 2 v. (broch.).

FREITAS, M. T. A. **Vygotsky e Bakhtin, psicologia e educação:** um intertexto. São Paulo: Ática, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDEFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GRANNIER, Daniele Marcelle. **As bases e a diversificação na formação de professores de português como segunda língua.** Contribuições para a didática do português língua estrangeira. Frankfurt, Alemanha. 2003(a) p. 331-341

KARNOPP, L. B. Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo. IN LODI, A. C. B. & Harrison, K. M. P. & TESKE, O. (orgs). **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia **Feitosa de.** Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Baliriro. Uma escola duas línguas letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Cap. 9. **Ensino-aprendizagem do português como segunda língua:** um desafio a ser enfrentado. 2009, p.14.

LACERDA, Cristina B. F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Claudia. et al. **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. de POLETTI, Juliana Esteves. **A escola inclusiva para surdos:** a situação singular do intérprete de língua de sinais. In: 27ª reunião Anal da

Associação de Pesquisa em Educação, 2004, Caxambu. Anais da 27ª reunião Anal da Associação Nacional de Pesquisas em Educação, 2004.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. Ronice Muler de. SCHIMIÉDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo, Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos. **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas como as velhas – e novas – fronteiras em educação**. Pró-posições. Campinas: Faculdade de Educação – UNICAMP, v.12, n. 2-3 (35 – 36), jul. / nov. 2001.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8ªed. Porto Alegre. Mediação. 2016.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: Edusf, 1999.

SOUZA, Ely; MACÊDO, Josinete Ribeiro. **Inclusão Social do Surdo: Um desafio à Sociedade, aos Profissionais e a Educação**. 2002, (p. 16).

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994.

VERAS, V. Acolhendo gestos. **I Seminário de Intérprete de língua de sinais: O intérprete na sala de aula a prática da diferença**. Campinas: Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, 2002. (palestra).

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

APÊNDICE– Instrumento de Coleta de Dados



QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO PARA COLETA DE DADOS

Dados dos participantes:

Idade: _____.

Sexo: F () M ()

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____ UF: _____

Formação acadêmica _____

Há quanto tempo trabalha com alunos Surdo? _____

Dados referentes a pesquisa:

1º) Como acontece a socialização entre os surdos, ouvintes e demais profissionais da escola?

2º) Como acontece a participação do aluno surdo e do ouvinte durante as aulas?

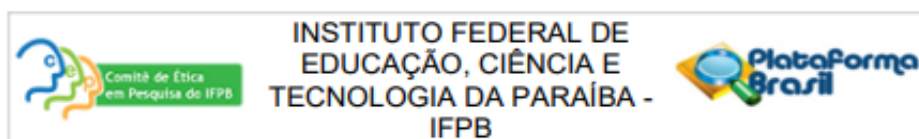
3º) O Tradutor-Intérprete de Libras precisa planejar suas atividades em parceria com o professore regente, concorda? De que forma ocorre essa parceria nesta escola? Explique.

4º) Sabe-se que a língua Portuguesa é a segunda língua do aluno surdo. Na sua opinião, este aluno é capaz de aprender sua segunda língua em sua modalidade escrita apenas com os conhecimentos adquiridos na escola? Justifique sua resposta!

5º) Como acontece o ensino de língua portuguesa para alunos surdos nesta instituição?

6º) Na sua opinião, o aprendizado da segunda Língua (Língua Portuguesa na modalidade escrita) deve ser ministrada por professores fluente nas duas línguas (LIBRAS e Língua Portuguesa) e conhecedor da cultura surda? Explique!”

ANEXO– Certidão de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO SOB RELATOS DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE

Pesquisador: JACIARA JORGE GONCALVES

Área Temática:

Versão: 2

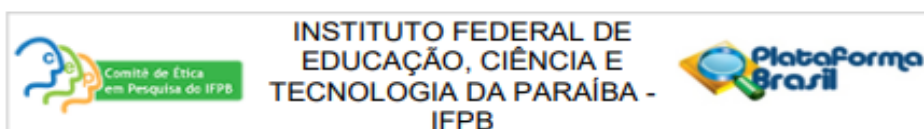
CAAE: 41835320.2.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.547.575



Continuação do Parecer: 4.547.575

Infraestrutura	Anu.jpeg	27/01/2021 12:37:30	MARIA CLERYA ALVINO LEITE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/01/2021 12:36:59	MARIA CLERYA ALVINO LEITE	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	29/12/2020 10:52:41	MARIA CLERYA ALVINO LEITE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 19 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Vilson Lacerda Brasileiro Junior
 (Coordenador(a))



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
CAMPUS PATOS

DECLARAÇÃO 113/2021 - BIB/DDE/DG/PT/REITORIA/IFPB

Em 29 de março de 2021.

DECLARAÇÃO NADA CONSTA

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que a discente Jaciara Jorge Gonçalves, matrícula nº 201916320161 **NÃO** apresenta pendência com empréstimos de materiais nesta biblioteca.

Por ser verdadeiro o teor desta declaração, firmo o presente.

Documento assinado eletronicamente por:

• Fabiana Lopes do Nascimento, BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA, em 29/03/2021 22:09:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpb.edu.br/autenticar_documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 171171

Código de Autenticação: 14054408e



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.